

3 - O MEIO SOCIOECONÔMICO DO LITORAL NORTE

3.1 - PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ÁREA

Com cerca de 56% do território e quase 85% da população contidos na Região Metropolitana do Recife (RMR), o Litoral Norte apresenta características comuns ao Núcleo Metropolitano e ao Litoral Sul do Estado.

O traço comum do Litoral Norte com o Núcleo Metropolitano diz respeito à distribuição e à dinâmica demográfica de cinco dos seis municípios daquele segmento litorâneo integrantes da RMR - Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá, Itapissuma e Paulista. Esses municípios apresentavam, no ano 2000, densidade demográfica superior a 200 hab./km², taxa de urbanização (percentual da população municipal residindo em área urbana) superior a 80,0% e taxa de crescimento anual da população, nos últimos trinta anos, superior à média do Litoral Pernambucano e da Região Metropolitana do Recife (2% ao ano), nesse período (tabela 06) - características essas próprias de municípios metropolitanos.

A semelhança do Litoral Norte com o Litoral Sul está no perfil da produção rural de três dos oito municípios daquele segmento litorâneo - Goiana, Itaquitinga e Araçoiaba - que têm no cultivo da cana-de-açúcar e na agroindústria sucroalcooleira a base de sua economia, além de apresentarem, no ano 2000, densidades demográficas inferiores a 200 hab./km² e taxa de crescimento médio anual, no período 1970-2000, inferiores a 2,0% (tabela 06) - traços esses comuns à quase totalidade dos municípios litorâneos meridionais.

3.1.1 - A ATIVIDADE AGROPECUÁRIA NO LITORAL NORTE

Assim, como os demais segmentos do Litoral Pernambucano, o Norte teve a constituição de seu espaço associada à pesca e à exploração do coco, na orla marítima e, ao cultivo da cana-produção de açúcar, em toda a área que se estende da retaguarda da planície costeira para oeste, nos domínios da Zona da Mata.

TABELA 06 - POPULAÇÃO RESIDENTE DO LITORAL PERNAMBUCANO E DA RMR, SEGUNDO OS SETORES ESPACIAIS E OS MUNICÍPIOS, NOS ANOS DE 1970 E 2000

SETORES ESPACIAIS E MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1970	2000	Variação 2000/1970 (% ao ano)	% em área urbana no ano 2000	Densidade Demográfica (2000)
LITORAL SUL	202 325	335 917	1,7	74,01	163,39
1. Barreiros	28 892	39 151	1	79,29	171,11
2. Cabo de Sto. Agostinho	75 829	152 836	2,4	87,91	342,3
3. Ipojuca	35 851	59 230	1,7	67,99	115,55
4. Rio Formoso	16 506	20 763	0,8	40,21	61,14
5. São José da C. Grande	8 292	13 953	1,8	68,04	186,79
6. Sirinhaém	24 806	32 920	0,9	41,23	92,68
7. Tamandaré	12 149	17 064	1,1	67,62	173,24
NÚCLEO METROPOLIT.	1 583 238	2 639 594	1,7	98,55	2 601,61
1. Camaragibe	41 196	128 627	3,9	100	2 674,16
2. Jaboatão dos Guararapes	200 975	580 795	3,6	97,75	2 266,96
3. Moreno	31 204	49 169	1,5	77,83	257,03
4. Olinda	196 342	368 666	2,1	98,01	9 727,34
5. Recife	1 060 701	1 421 993	1	100	6 528,89
6. São Lourenço da Mata	52 820	90 344	1,8	92,42	343,12
LITORAL NORTE	193 137	570 082	3,7	89,64	413,91
1. Abreu e Lima	26 065	89 091	4,2	87,26	693,32
2. Araçoiaba	8 669	15 101	1,9	82,38	156,49
3. Goiana	51 588	71 088	1,1	61,12	144,46
4. Igarassu	37 584	81 793	2,6	90,01	270,03
5. Ilha de Itamaracá	7 117	15 854	2,7	81,56	243,53
6. Itapissuma	8 826	20 133	2,8	81,11	272,44
7. Itaquitinga	9 294	14 950	1,6	72,11	128,33
8. Paulista	43 994	262 072	6,1	100	2 574,38
LIT. PERNAMBUCANO	1 978 700	3 545 593	2	94,79	797,16
REG. METR. DO RECIFE	1 827 173	3 335 704	2	96,92	1 216,21

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico Pernambuco 1970*. Rio de Janeiro, 1972. v. I, t. X.

Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, 2000. v. 7.

Introduzida na área no século XVI, a cultura da cana-de-açúcar tornar-se-á a forma de uso e ocupação do solo predominante na porção setentrional úmida do Estado, dividindo esse papel com o coco, à medida que se avizinha da orla marítima, onde o coqueiro era, até bem pouco tempo, o elemento dominante da paisagem. Em meio a tais formas de exploração do solo, e a elas associados, surgem os núcleos populacionais que, em ritmos diversos, evoluem para transformar-se nas cidades, vilas e povoados que compõem o quadro urbano do segmento territorial em apreço.

A cana-de-açúcar continua a ser a principal cultura do Litoral Norte, absorvendo cerca de oitenta por cento da área cultivada naquele subespaço litorâneo, no ano de 1996. No tocante à participação do Litoral Norte no total do Estado, em termos de área das principais culturas, o quadro modifica-se, detendo o setor litorâneo em causa 9,7% da área estadual explorada com cana-de-açúcar e 47,7% da área explorada com coco, em 1996, seguindo-se o mamão com 34,6% da referida área, o que indica uma concentração relativa das duas últimas culturas no Litoral Norte. Quanto às demais culturas consideradas, a participação da área nos totais do Estado apresenta-se bem pouco expressiva, variando de 8,2% a menos de 1,0%, no ano considerado (tabela 07).

Menos expressiva que a das lavouras, afigura-se a participação dos efetivos pecuários do Litoral Norte nos respectivos totais do Estado, dado que seu principal rebanho – o avícola – representava, no ano de 1996, 4,8% do efetivo avícola estadual, seguindo-se, em ordem decrescente de participação, os efetivos suíno e bovino da área, com 5,0% e 1,0% dos correspondentes totais do Estado (tabela 07).

A importância relativa das atividades agropecuárias do espaço em causa, no conjunto do Estado de Pernambuco, vem decrescendo ao longo dos anos. Essa tendência evidencia-se quando se compara os dados acima mencionados, referentes ao ano de 1996 (para as culturas temporárias e permanentes) e a 1994 (para os efetivos da pecuária), com os de 1988 (para culturas e rebanhos), verificando-se que, à exceção de duas culturas (laranja e mamão) e do efetivo bovino, os demais itens da produção agropecuária do Litoral Norte, considerados nesta análise, apresentam redução de sua participação nos totais do Estado, sendo tal redução da ordem de 1,7% para as lavouras e de 3,3% para os efetivos da pecuária.

TABELA 07 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – ÁREA DAS PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES (1996) E EFETIVOS DOS PRINCIPAIS REBANHOS (1994), SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	ÁREA DAS CULTURAS TEMPORÁRIAS E PERMANENTES (HA)											
	Batata-doce (1)	Cana-de-açúcar (2)	Mandio-ca (2)	Banana (2)	Coco-da-baía (2)	Laranja (2)	Mamão (2)	Outras culturas ³ (2)	Bovinos	Suínos	Eqüinos+Asininos+Muares	Aves (galinhas+frangos+codornas)
Abreu e Lima	-	50	750	130	120	15	85	166	1 800	6 400	285	116 500
Goiana	55	17 000	260	12	2 700	15	-	165	4 100	990	270	24 700
Igarassu *	-	13 300	1 000	150	2 200	86	15	127	4 000	12 000	1 055	666 000
Itamaracá	-	50	40	10	1 115	-	-	80	250	495	65	9 000
Itapissuma	-	2 210	100	-	500	-	-	-	350	290	70	6 500
Itaquitinga	40	13 000	160	14	50	10	-	181	420	300	278	13 100
Paulista	-	100	350	5	89	40	-	56	2 200	2 050	190	334 000
LITORAL NORTE	95	45 710	2 660	321	6 774	166	100	775	13 120	22 525	2 213	1 169 800
% do Lit. Norte no total de Estado	2,4	9,7	2,4	0,8	47,7	8,2	34,6	0,1	1	5	0,8	4,8
PERNAMBUCO	3 963	469 045	112 113	41 616	14 198	2 030	289	788 949	1 348 969	450 597	275 375	24 353 019

FONTE: IBGE. *Produção Agrícola Municipal (Pernambuco) 1996*. Rio de Janeiro, 1996. v. 23, n. 14.
Produção da Pecuária Municipal (Pernambuco) 1994. Rio de Janeiro, 1994. v. 22, n. 14.

(1) Área plantada. (2) Área destinada a colheita. (3) Em *outras culturas* foram incluídas: abacaxi, fava, feijão, milho, abacate e manga.
 (*) Inclui o atual município de Araçoiaba.

O perfil da produção agropecuária do Litoral Norte guarda estreita relação com a estrutura fundiária vigente em seu espaço rural, conforme indicam, em grandes linhas, os dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) relativos aos imóveis rurais cadastrados em 1998, constantes da tabela 08 . A análise desses dados evidencia três características da estrutura fundiária do espaço em tela, a saber:

- 1) elevada concentração da terra em grandes propriedades, nos municípios de Goiana, Itapissuma, Igarassu e Itaquitanga, onde essa categoria de propriedade absorve de 90,8% (em Goiana) a 67,9% (em Itaquitanga) da área total dos imóveis;
- 2) distribuição aproximadamente eqüitativa da terra entre minifúndios, pequenas e grandes propriedades, no município de Abreu e Lima, ou uma distribuição intermediária entre a desse município e a daqueles do primeiro grupo, tal como ocorre em Itamaracá, onde a grande propriedade detém 51,0% da área dos imóveis e a pequena juntamente com o minifúndio detém 41,0% da referida área;
- 3) concentração da terra em grandes propriedades e em imóveis “não classificados”, coexistindo com o mais alto percentual de minifúndios do Litoral Norte (88,0%), situação essa identificada no município de Paulista.

O cruzamento desses dados com os da tabela 07, relativa à produção agropecuária, revela que os municípios caracterizados pela elevada concentração fundiária (Goiana, Itapissuma, Igarassu e Itaquitanga) detinham, no ano de 1996, 99,6% da área cultivada com cana-de-açúcar e 80,5%, da área de coco, destinada a colheita, atividades essas praticadas no todo (cana-de-açúcar) ou parcialmente (coco) em grandes propriedades.

Nos municípios onde a distribuição da terra apresenta-se mais eqüitativa (Abreu e Lima) ou menos concentrada (Itamaracá) sobressaem, em área, as culturas de mandioca, banana, coco e outras (especialmente feijão), culturas essas características de sítios e granjas – unidades de produção bastante numerosas naqueles municípios. Corrobora esse fato a relativa expressão dos rebanhos de pequeno porte (aves e suínos) no efetivo pecuário dos citados municípios (tabela 07). O dinamismo da atividade agropecuária vai refletir-se na dinâmica dos núcleos urbanos do Litoral Norte, particularmente daqueles situados no interior das áreas canavieiras.

TABELA 08 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – IMÓVEIS RURAIS, POR CATEGORIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - 1998

MUNICÍPIOS	TOTAL DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (ha)	CATEGORIAS DE IMÓVEIS (EM PERCENTUAIS)											
			Minifúndio		Peq. Propriedade		Média Propriedade		Gde. Propriedade		Não Classific.			
			Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	Número	Área (ha)	No	Área (ha)		
Abreu e Lima	334	2 596,5	77,2	31	19,8	23,4	1,8	12,4	0,9	24,9	0,3	8,3		
Goiana	125	21 509,6	60,8	1,2	14,4	2,2	9,6	5,8	13,6	90,8	1,6	0		
Igarassu (1)	657	30 836,7	84,9	7,8	10,4	5,9	2,9	5,7	1,5	80,3	0,3	0,3		
Itamaracá	103	1 363,2	69,9	13,1	25,3	27,9	1,9	8	2,9	51	-	-		
Itapissuma	13	870,9	61,5	3	23,1	5,3	7,7	8,1	7,7	83,6	-	-		
Itaquitinga	87	5 115,4	66,7	3,8	10,3	5,5	13,8	22,8	9,2	67,9	-	-		
Paulista	433	7 138,5	88	8,5	6	4,3	1,8	5,7	2,8	42,7	1,4	38,8		
LITORAL NORTE	1 752	69 430,8	80,6	6,4	12,3	5,7	3,4	7,3	3,1	76,2	0,6	4,4		

FONTE: INCRA. Estatísticas Cadastrais Situação em 1998.

(1) Inclui o atual município de Aracoiaba.

3.1.2 A PESCA NO LITORAL NORTE

Apesar da modesta participação da Região Nordeste e do Estado de Pernambuco na produção pesqueira nacional – 11,7% e 0,5%, respectivamente, no período de 1980-1994 (Paiva, 1997, p.29) – a pesca desempenha importante papel na sobrevivência das comunidades do Litoral e Zona da Mata Pernambucana.

O sistema de pesca predominante no Litoral de Pernambuco é o artesanal que, no ano de 1998, respondeu por 99,0% da produção total de pescado (estuarino e marítimo) do Estado (IBAMA, 1999). A maior parte dessa produção provém do Litoral Norte, onde existem várias comunidades pesqueiras. À exceção de Itamaracá e Ponta de Pedras onde a pesca marítima ou *no mar de fora* é a mais expressiva, nas demais comunidades predomina a pesca em rios, estuários e águas litorâneas ou *no mar de dentro* (Silva e Carvalho, 1996, p. 19).

A predominância da pesca estuarina sobre a marítima, na área em apreço, decorre do fato de esse trecho do litoral pernambucano concentrar 15 935,4 ha de áreas estuarinas (61,6% do total do Estado), com destaque para os rios Goiana, Megaó e Itapessoca que, juntos, detêm 55,1% das áreas estuarinas do Litoral Norte (FIDEM, 1987; Bryon, 1994), além de o espaço em causa contar com áreas dotadas de alta produtividade primária e secundária, a exemplo do Canal de Santa Cruz (Macedo et alii, 2000, p. 10).

Dentre as espécies mais capturadas no Litoral Norte, em 1998 (tabela 09), sobressaem, por ordem decrescente de importância, *manjuba* (em Itapissuma e Goiana), *ostra* (em Itapissuma), *saramonete* (em Goiana, Itamaracá e Paulista), *camarão* (em Itapissuma e Goiana), *marisco* (em Goiana), *budião* (em Goiana e Itapissuma), *tainha* (em Goiana e Itapissuma), *boca torta* (em Itapissuma), *sapuruna* (em Goiana e Itamaracá), *sardinha* (em Goiana e Itapissuma), *biquara* (em Goiana, Itamaracá e Paulista), *xaréu* (em Goiana e Itamaracá), *papuda* (em Goiana) e *sauna* (em Itapissuma). De acordo com o Boletim Estatístico do IBAMA publicado em agosto de 1999, o Litoral Norte contribuiu, no ano de 1998, com 61,1% da produção de pescado estuarino e marítimo do Estado. No conjunto dessa produção, o município de Itapissuma participou com 50,8%, e o de Goiana, com 32,1%.

TABELA 09 - PRODUÇÃO DE PESCADO MARINHO E ESTUARINO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL NORTE, SEGUNDO AS ESPÉCIES MAIS CAPTURADAS NO ANO DE 1998

MUNICÍPIOS ESPÉCIES	PRODUÇÃO PESQUEIRA (EM TONELADAS)						
	Goiana	Itamaracá	Itapissuma	Igarassu	Paulista	Litoral Norte	Pernambuco
Biquara	29,7	14,8	0	0,1	13,3	57,9	123,8
Boca Torta	0	0	97,6	0	0	97,6	97,6
Budião	84,3	4,8	39,1	0,4	5,4	134	155,2
Camarão	25	1	126,4	0,6	0,2	153,2	276,2
Cambuba	27,7	1,2	7,2	2,7	4,7	43,5	53,5
Caranguejo	32,3	0	0	0	0	32,3	97,5
Espada	3,8	1,1	25,5	0,2	0,7	31,3	33,4
Manjuba	41,3	1,5	526	0,4	0,3	569,5	574,2
Marisco	143	0	0	0	0	143	157,6
Ostra	0,1	0	525,3	0	0	525,4	525,4
Papuda	42,8	1	0	4	1,7	49,5	51,5
Sapuruna	56,9	23,3	0	0	17,3	97,5	124,6
Saramunete	182,9	82,4	0	0	57,4	322,7	431,1
Sardinha	57	3,4	34,1	0	0,1	94,6	95,1
Saúna	4,6	0,5	43,5	0,4	0,4	49,4	66,4
Siri	19,4	0,8	0	0,1	0	20,3	23,8
Tainha	51,9	5,1	43,8	5	4,6	110,4	170,1
Xaréu	35,4	14,7	0,5	0	1,8	52,4	58,6
SUBTOTAL	838,1	155,6	1 469,0	13,9	107,9	2 584,5	3 113,8
OUTROS	202,5	104,4	179	5,8	168,9	660,6	2 193,4
TOTAL	1 040,6	260	1 648,0	19,7	276,8	3 245,1	5 307,2
PARTICIP. (%) NA PROD. LIT. NORTE	32,1	8	50,8	0,6	8,5	100	-

FONTE: IBAMA. *Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado de Pernambuco 1998*. Tamararé, agosto de 1999.

De acordo com o local em que desenvolvem a atividade pesqueira, as comunidades do Litoral Norte podem ser divididas em três subgrupos: a) comunidades que pescam no Canal de Santa Cruz e estuários adjacentes; b) comunidades que pescam nos estuários dos rios Goiana, Megaó e Itapessoca e; c) comunidades que pescam no estuário do rio Timbó.

No subgrupo “a” (comunidades que pescam no Canal de Santa Cruz e estuários adjacentes), incluem-se as comunidades localizadas nas áreas urbanas e no entorno rural de Itapissuma e Igarassu, na povoação de Atapuz e adjacências e em Vila Velha (Itamaracá). Em Itapissuma, 70% da população depende direta ou indiretamente da pesca. Segundo a Colônia Z-10, ali situada, o município tem cerca de quatro mil pescadores permanentes, além de um grande número de pescadores temporários e eventuais. Em Atapuz, o contingente que pesca o ano inteiro atinge 90%.

O subgrupo “b” (comunidades que pescam nos estuários dos rios Goiana, Megaó e Itapessoca) abrange as comunidades de Baldo do Rio, Tejucofapo, São Lourenço, Ibeapicu, Carrapicho, Carne de Vaca, Catuama e Barra de Catuama, localizadas no município de Goiana e, na maior parte, constituídas por moradores da periferia dos núcleos urbanos, de aglomerados rurais e de sítios de coco.

No subgrupo “c” (comunidades que pescam no estuário do rio Timbó), inserem-se as comunidades residentes na área urbana de Abreu e Lima (Bairros Matinha, Fosfato, Planalto e Caetés III); nos sítios de Inhamã, Cueira, Belenga, Porto Jatobá, Porto de Baixo, Forno da Cal, Córrego do Ouro e Jaguaribe (localizados nos municípios de Igarassu, Abreu e Lima e Paulista) bem como na periferia urbana de Paulista.

A pesca estuarina é praticada por homens, mulheres e crianças. As mulheres fazem coleta de *moluscos* (*marisco*, *ostra*, *sururu*) *caranguejo* e *siri*, no Canal de Santa Cruz e nos estuários acima mencionados. A coleta é feita, em geral, a pé e com utilização de técnica manual e instrumentos simples (foice, estilete, espeto de madeira e a própria mão). Os homens pescam nos rios, estuários e no mar de dentro, utilizando embarcações a remo ou a vela (canoa ou baiteira e jangada), confeccionadas em madeira (foto 15) bem como redes de cerco, de espera e mangote, jereré e tarrafa (IBAMA, 1998). Nos estuários, capturam *manjuba*, *tainha*, *carapeba*, *camurim*, *boca torta* e *camarão* e, nas águas litorâneas, *xaréu*, *espada*, *camarão grande*, *sardinha*, *budião*, entre outras espécies.



FOTO 15 – Baiteiras utilizadas na pesca artesanal (no primeiro plano). Por trás, vista parcial da vila de pescadores de Atapuz (Goiana).

O desembarque da produção pesqueira estuarina é realizado em ancoradouros das colônias (em Itapissuma e Atapuz) ou em pontos localizados próximo às comunidades de pescadores, tais como: Porto de São Lourenço (no rio Megaó), Porto do Fraga, Porto Cajazeira e Porto do Ferreira (no rio Itapessoca), Porto de Barra de Catuama, Porto do Marco de Pedra, Porto dos Marcos e Porto de Vila Velha (no Canal de Santa Cruz), portos do Vasco, do Trapiche, do Ascindino, do Machado, da Antena e Beira-Mar I (no rio Igarassu), Porto de Nova Cruz, Porto Jatobá e Porto de Baixo (no rio Timbó), conforme informações fornecidas pelo Centro Josué de Castro (Programa Capacitação Solidária).

Afora os portos acima citados, que não passam de simples ancoradouros (foto 15), a área possui um pequeno estaleiro - Estaleiro do Cambocim (foto 16) - que funciona como oficina de conserto de embarcações. Localiza-se em Itapissuma, ao lado do Sítio Canto Alegre, na periferia sul da cidade, onde existem várias *caixaras* (casas de madeira cobertas com folha de coqueiro), utilizadas pelos pescadores para guardar os apetrechos de pesca (foto 17).

Além de contribuir na alimentação das famílias que praticam a atividade, o pescado capturado na área abastece o mercado local, grande parte da Região Metropolitana do Recife e do interior do Estado. O peixe maior é vendido, sem beneficiamento, em mercados públicos, bares e restaurantes, em peixarias e nas praias, por um grande número de ambulantes.

A pesca é realizada em equipe de dois a seis pescadores que dividem, entre si, o produto da pescaria. Não dispendo dos meios de produção (embarcação e redes), a maior parte dos pescadores alugam-nos de um proprietário de barco, em geral comerciante de pescado, ao qual se obrigam a vender a produção comercializável. Este, por sua vez, tanto vende o produto diretamente ao consumidor como em grosso, iniciando, neste caso, uma cadeia de intermediação em que o produto pode chegar ao consumidor final por preço até dez vezes superior ao recebido pelo pescador (Lima e Quinamo, 2000, p. 201).

Lima e Quinamo (idem, p. 205) constataram que o fato de o pescador não ser proprietário da embarcação e das armadilhas utilizadas na pesca tem implicações não só na renda que o mesmo aufera na atividade pesqueira – cerca de $\frac{3}{4}$ dos pescadores [do Canal de Santa Cruz] com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo pescam em embarcação de terceiros – mas, também, no acesso ao mercado (que se dá via proprietário dos equipamentos cedidos) e nas relações do pescador com o meio ambiente. Ao perder o poder de decisão sobre os equipamentos utilizados (tamanho da malha da rede e tipo de pescaria), o pescador é induzido à prática de pesca predatória (uso excessivo de rede de malha fina, pesca do camarão durante o defeso etc.), para melhorar a renda familiar.

O problema da comercialização agrava-se nos períodos em que cai a procura do pescado e o proprietário da embarcação recebe apenas o produto correspondente ao aluguel dos equipamentos. Sem meios para estocar ou beneficiar o peixe maior, o pescador vê-se obrigado a comercializá-lo por qualquer preço.



FOTO 16 – Estaleiro do Cambocim (Itapissuma).



FOTO 17– Caiçara utilizada pelos pescadores para guarda dos apetrechos de pesca.

Silva e Carvalho, em pesquisa realizada para o PRORENDA RURAL (1996, p. 32), constataram que, dos 289 pescadores entrevistados no Litoral Norte, 64,5% não estocavam o pescado antes da venda. A maior parte das comunidades da área não possui *freezer*. Estes, quando existem, são sobrecarregados e o produto, quase sempre mal acondicionado, deteriora-se, perdendo a qualidade. O caráter rudimentar das embarcações, a inexistência de fábrica de gelo nas colônias/associações e o baixo nível de capacitação do pescador para processamento do pescado são alguns dos fatores que contribuem para o baixo rendimento da pesca estuarina no Litoral Norte.

O beneficiamento praticado pelas comunidades em análise abrange apenas o peixe pequeno, especialmente a *manjuba*. Consiste em salga e secagem do peixe ao sol, em *giraus* ou na calçada, obtendo-se o “*peixe seco-salgado*” ou “*caico*” que é adquirido pelos atravessadores para revenda em Recife (no Mercado de São José) ou nas feiras do interior do Estado. Esse tipo de beneficiamento, que é bastante utilizado em Itapissuma, Atapuz e Carne de Vaca (em Goiana), apresenta-se deficiente, por deixar o produto exposto a moscas e à ação bacteriana. Embora o Município de Itapissuma conte com uma unidade de beneficiamento instalada pela Prefeitura, em 1998, com recursos do PED, a mesma vem sendo utilizada por poucos pescadores.

No caso do camarão, o beneficiamento consiste em pré-cozimento seguido de imersão em água e sal por um período de 24 horas e secagem ao sol, em grades de madeira. Essa atividade é, em geral, realizada por mulheres e crianças (Silva e Carvalho, 1996, p. 32). Tal como ocorre com o peixe maior, a comercialização do peixe e do camarão salgados tem forte participação do intermediário, encarecendo o produto para o consumidor e reduzindo o rendimento do pescador. A presença marcante do intermediário no setor decorre da “falta de um sistema de escoamento da produção, associada à inexistência de infra-estrutura adequada ao beneficiamento e comercialização do pescado” (Idem, p. 34).

A produção das marisqueiras também recebe um primeiro beneficiamento que, no caso da ostra, é feito na borda do mangue e consiste em dispor o produto sobre o solo, cobrir com palha de coco seca e queimar até assar, para facilitar o descasque (foto 18). O beneficiamento dos demais produtos da mariscagem é feito no domicílio. Consiste em cozimento com sal e apresenta também problema de higiene e controle sanitário.



FOTO 18 – Beneficiamento artesanal de *ostra* na borda do mangue do Canal de Santa Cruz (Itamaracá), indicado pela fumaça (no centro da foto).

As comunidades que praticam a pesca estuarina no Litoral Norte estão na área de jurisdição das colônias Z-03 (Ponta de Pedras) Z-14 (Goiana-sede), Z-15 (Atapuz), Z-17 (Tejucupapo), todas no município de Goiana e Z-10 (Itapissuma) bem como da Associação de Pescadores de Porto Jatobá, no município de Abreu e Lima e da Associação de Pescadores e Moradores da Ilha de Itamaracá, no município de Itamaracá. À exceção da Colônia Z-10 que, na época da pesquisa (outubro de 1999), contava 2 665 associados, dos quais 70% eram mulheres, as demais têm um número relativamente pequeno de associados e apresentam índice elevado de inadimplência. A incipiência da prática associativista por parte das comunidades pesqueiras da área, está na base da falta de apoio à atividade, situação que, para ser revertida, requer o fortalecimento das colônias e associações existentes e a criação de cooperativas.

Dentre os problemas ambientais relacionados à pesca estuarina no Litoral Norte, sobressaem:

- 1) a *pesca predatória*, bastante praticada no Canal de Santa Cruz e nos estuários em geral, envolvendo: a) *pesca com bomba*, considerada por Lima e Quinamo (2000, p. 206) de “alto valor destrutivo, afetando a fauna, a flora e o substrato de fundo do Canal”; b) grande número de pessoas pescando; c) pesca com malha fina e rede de arrasto; d) pesca do camarão durante o defeso;
- 2) a *poluição dos rios e estuários* por esgoto doméstico e resíduos industriais (calda de usina, cloro e outros produtos) lançados diretamente nos estuários ou a montante destes bem como por agrotóxicos utilizados nas plantações de cana-de-açúcar e carreados pelos rios;
- 3) corte de mangue para instalação de viveiros e barragem da água da maré pelas obras de infra-estrutura dos projetos de carcinicultura, isolando trechos do manguezal e ocasionando a morte da vegetação;
- 4) a circulação intensa de embarcações motorizadas (lanchas e jet skis) nas bocas norte e sul do Canal de Santa Cruz e no trecho final do estuário do rio Timbó, sobretudo em fins de semana, afugentando os peixes, pondo em risco a vida dos pescadores e ameaçando a reprodução das espécies que realizam parte de seu ciclo de vida nos estuários (Lima e Quinamo, 2000, p. 206-209).

O efeito desse elenco de problemas nos ecossistemas estuarino e litorâneo tem sido o desaparecimento ou a redução do número de indivíduos de algumas espécies, motivando o aumento do esforço de pesca nesses ecossistemas. Com isso, o estoque de pescado, impedido de se recompor, reduz-se em tamanho e quantidade (Silva e Carvalho, 1996, p. 21), com riscos de comprometimento da sobrevivência das comunidades pesqueiras do Litoral Norte, hoje, bastante descaracterizadas enquanto tais.

A *pesca marítima* ou de mar de fora, no Litoral Norte, predomina entre as comunidades pesqueiras de Itamaracá, Ponta de Pedras e Pau Amarelo – áreas de jurisdição das colônias de pescadores Z-11, Z-03 e Z-02, respectivamente. A primeira congrega pescadores das áreas urbanas de Itamaracá e Itapissuma; a segunda, pescadores de Ponta de Pedras, Catuama, Barra de Catuama, Carne de Vaca e São Lourenço de Tejucupapo; e a terceira, pescadores da área praieira de Paulista. Além da pesca em mar de fora, essas comunidades pescam no mar de dentro, sobretudo em “currais”.

A pesca marítima é realizada em barco motorizado e com uso de rede, linha e covó. Recentemente, o Banco do Nordeste financiou, através do PRORURAL, a aquisição de dezesseis barcos de fibra de vidro e cinco barcos de madeira para pescadores de Ponta de Pedras bem como de doze barcos de fibra de vidro para pescadores de Itamaracá, todos equipados com GPS, sonda, rede e rádio amador. Na pesca de mar de dentro são utilizados canoa (*baiteira*), rede de curral e covinho, dentre outros apetrechos. As espécies mais capturadas são: *saramonete*, *sapuruna*, *budião*, *abiquara*, *lagosta*, *cioba*, *dentão*, *garajuba*, *dourada*, *chicharro*, *bonito* e *agulha preta* (no mar de fora); *agulha branca*, *galo*, *xaréu*, *camarão*, *serra*, *espada*, *paru* e *sardinha* (no mar de dentro).

A comercialização do pescado se dá através da venda direta ao consumidor, no postos de venda existente nas colônias bem como ao atravessador que leva o produto para fora do município. Mais equipadas que as demais colônias do Litoral Norte, a Z-11 (Itamaracá) e a Z-03 (Ponta de Pedras) possuem câmara frigorífica e fábrica de gelo adquiridas com financiamento do Banco do Nordeste através do PRORURAL. A colônia Z-03 conta também com unidade de beneficiamento que produz peixe defumado, bolinho de peixe, *hamburger*, lingüiça e filé de peixe e tem projeto de exportar tais produtos.

Essa atividade, além de contribuir para elevar a renda das comunidades pesqueiras de Ponta de Pedras, vem dinamizando o comércio da vila e incentivando o associativismo entre os pescadores, fato este atestado pela elevada participação nas reuniões da colônia e pelo pagamento da contribuição mensal à entidade por todos os associados. O fortalecimento da atividade, no entanto, requer medidas complementares tais como: padronização da apresentação dos produtos beneficiados (selo, data de fabricação, prazo de validade e outras informações), para venda no mercado externo. A conquista desse mercado constitui alternativa importante na geração de emprego e renda para as comunidades pesqueiras do Litoral Norte.

3.1.3 A DINÂMICA URBANA NO LITORAL NORTE

A dinâmica dos núcleos urbanos do Litoral Norte reflete tanto o dinamismo das atividades rurais como o das atividades urbanas - indústria e comércio - e, mais recentemente, o do turismo, sobretudo, na orla marítima onde essa atividade tem-se constituído elemento propulsor da urbanização.

O crescimento demográfico das cidades e vilas do Litoral Norte no período 1970-1991 oferece claras indicações da relação acima mencionada. Nesse sentido, a tabela 10 é bastante ilustrativa, possibilitando uma classificação preliminar dos núcleos urbanos da área, em quatro categorias, tomando-se como base os fatores propulsores do crescimento ou responsáveis pela estagnação dos mesmos. São as seguintes as categorias de núcleos identificadas:

- núcleos urbanos cuja população depende economicamente da cana-de-açúcar, do coco ou da pesca artesanal. Incluem-se nessa categoria as cidades de Itapissuma e Itaquitanga e as vilas de Araçoiaba (então, pertencente ao município de Igarassu), Nova Cruz e Três Ladeiras (no município de Igarassu), Ponta de Pedras e Tejucofapo (no município de Goiana). À exceção de Itapissuma que contava, em 1991, 14 101 habitantes, os demais núcleos urbanos da categoria, todos de pequeno porte, contavam, então, menos de 10 000 habitantes, dois dos quais (Nova Cruz e Ponta de Pedras), apresentando decréscimo dos respectivos contingentes demográficos, entre 1980 e 1991;

- núcleo urbano cuja população depende economicamente do trabalho na cana-de-açúcar e na indústria sucroalcooleira, da prestação de serviços básicos ou do comércio informal. Inclui-se nessa categoria a cidade de Goiana que, embora contando, em 1991, mais de 30 000 habitantes, apresenta baixo ritmo de crescimento e tendência à estagnação demográfica, reflexo da própria estagnação econômica do município;

núcleos urbanos que têm na indústria e no comércio a base de seu dinamismo econômico e demográfico. Incluem-se nessa categoria as cidades de Paulista, Abreu e Lima e Igarassu e as vilas de Navarro e Paratibe – estas últimas, em realidade, bairros da cidade de Paulista. Tais núcleos têm como propulsores de seu dinamismo a presença em seu espaço de dois distritos ou zonas industriais e de várias indústrias isoladas bem como da BR-101 que tem-se constituído indutora tanto da localização industrial como do comércio que se concentra às suas margens. O porte demográfico e as elevadas taxas de crescimento da maior parte desses núcleos urbanos, sobretudo, no período 1980-91, têm contribuído para a conurbação dos mesmos entre si e com a aglomeração urbana do núcleo metropolitano.

TABELA 10 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – POPULAÇÃO DAS CIDADES E VILAS, NO PERÍODO 1970-1991

CIDADES E VILAS	POPULAÇÃO RESIDENTE				
	1970	1980	1991	Variação (% ao ano)	
				1980/70	1991/80
• Abreu e Lima	23 083	41 369	70 548	6	5
• Goiana	24 350	30 066	33 750	2,1	1,1
» Ponta de Pedras	2 845	3 042	2 572	0,7	-1,5
» Tejucofapo	2 265	3 272	4 230	3,7	2,4
• Igarassu	19 441	34 304	48 768	5,8	3,3
» Araçoiaba	3 546	6 300	9 077	5,9	3,4
» Nova Cruz	733	808	635	1	-2,2
» Três Ladeiras	478	816	1 337	5,5	4,6
• Itamaracá	4 087	6 501	8 580	4,8	2,6
• Itapissuma	7 193	10 128	14 101	3,5	3,1
• Itaquitanga	3 949	5 989	9 458	4,3	4,2
• Paulista	21 075	23 926	53 562	1,3	7,6
» Navarro	5 143	7 072	28 672	3,2	13,6
» Paratibe	8 160	14 849	27 592	6,2	5,8
» Praia da Conceição	5 023	9 422	97 882	6,5	23,6
LITORAL NORTE	131 371	197 864	410 764	4,2	6,9
PERNAMBUCO	2 810 843	3 783 264	5 051 654	3	2,7

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1970. Rio de Janeiro, 1972. v. I, t. X.

_____. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1980. Rio de Janeiro, 1982. v. I, t. 3, n. 10.

_____. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1991. Rio de Janeiro, 1994. n. 14.

• Cidade » Vila

· núcleos urbanos que têm no turismo e no lazer de segunda residência os principais propulsores de sua dinâmica. Incluem-se nessa categoria a cidade de Itamaracá e o aglomerado urbano de Praia da Conceição (município de Paulista), este último detentor, em 1991, do maior contingente demográfico e da mais alta taxa anual de crescimento populacional, dentre os núcleos urbanos do Litoral Norte.

3.1.4 INDICADORES SOCIAIS PARA O LITORAL NORTE

Construídos com base em estatísticas oficiais (produzidas pelo IBGE e pelo Governo do Estado), os indicadores sociais para o Litoral Norte revelam a predominância, na área, de: renda familiar baixa, elevado percentual de analfabetos, sobretudo, na zona rural, moradias de baixo padrão construtivo e condições sanitárias precárias. Esse quadro, que tem-se agravado nas últimas décadas, resulta, entre outros fatores, do descompasso entre a dinâmica demográfica e a da economia litorânea, a par de uma oferta insuficiente de bens e serviços básicos às comunidades urbanas e rurais.

Vinculadas a atividades pouco dinâmicas ou estagnadas, essas comunidades encontram-se, em sua maior parte, próximas da *linha de pobreza absoluta*, assinalada, segundo a Organização das Nações Unidas, por uma renda média de trezentos dólares anuais ou vinte e cinco reais mensais, o que equivale a um sexto do salário mínimo vigente em março de 2001 que era de cento e cinquenta e um reais (R\$ 151,00). Tomando como base o salário mínimo (SM) vigente em 1991, os dados censitários constantes da tabela II mostram que, naquele ano, 36,1% dos chefes de domicílio do Litoral Norte percebiam até 1 SM mensal e apenas 8,3% tinham renda mensal superior a 5 SM, enquanto 9,6% figuravam na classe dos *sem rendimento*.

TABELA 11 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CLASSE DE RENDIMENTO NOMINAL MÉDIO MENSAL DO CHEFE DO DOMICÍLIO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E OS DISTRITOS – 1991

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DO CHEFE DO DOMICÍLIO, EM SALÁRIOS MÍNIMOS (DADOS PERCENTUAIS)								
	Total de Domi- cÍlios	Até 1	Mais de 1 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem Rendi- mento	Sem Declara- ção
• Abreu e Lima	100	34,5	41,4	9	3,5	0,6	0,2	10,4	0,4
• Goiana	100	52,3	28,8	5,1	3,3	1	0,3	9,1	0,1
» Goiana	100	50,6	28,6	5,8	3,8	1,2	0,4	9,5	0,1
» Ponta de Pedras	100	52,4	31,2	2,8	1,4	0,2	0,3	11,6	0,1
» Tejucoapapo	100	64,9	27,8	1,8	0,8	0,1	0,1	4,5	-
• Igarassu	100	43,9	32,2	5,8	2,7	0,7	0,2	14,3	0,2
» Araçoiaba*	100	70,3	18,4	1,4	0,5	0,1	-	8,8	0,5
» Igarassu	100	37,4	35,7	7	3,2	0,8	0,3	15,4	0,2
» Nova Cruz	100	53,3	22,1	1,1	0,6	0,2	0,1	21,8	0,8
» Três Ladeiras	100	73,8	20,7	1,3	0,3	-	-	3,9	-
• Itamaracá	100	41,8	35,6	8,1	3,5	1,1	0,6	9,1	0,2
• Itapissuma	100	49,6	26,5	3,8	2,1	0,4	0,1	17,2	0,3
• Itaquitinga	100	75,3	16,7	2	1,2	0,6	0,1	4,1	-
• Paulista	100	25,8	38,1	14,7	9,9	2,7	0,8	7,7	0,3
» Navarro	100	29,7	39,6	14	7,8	1,2	0,3	7,3	0,1
» Paratibe	100	29,5	39,8	13	7,3	0,9	0,2	9,3	0
» Paulista	100	28	39,9	14,1	6,8	1,4	0,3	8,8	0,7
» Praia da Conceição	100	22,4	36,1	15,8	13,1	4,4	1,5	6,6	0,1
LITORAL NORTE	100	36,1	35,4	10,3	6,2	1,6	0,5	9,6	0,3
PERNAMBUCO	100	49,7	28,9	6,5	5,6	2,6	1,3	5,2	0,2

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1991. Rio de Janeiro, 1994. n. 14.

• Município » Distrito

(*) Em 1991, a atual município de Araçoiaba era distrito de Igarassu.

Considerados individualmente, no entanto, alguns municípios e distritos afastam-se bastante dessas médias seja no tocante ao percentual de chefes do domicílio com rendimento mensal de *até 1 SM*, a exemplo do município de Itaqui (75,3%) e dos distritos de Araçoiaba (70,3%), Tejucoapó (64,9%), Ponta de Pedras (52,4%) e Goiana (50,6%), seja no que se refere ao percentual de chefes do domicílio *sem rendimento* tal como ocorre no município de Itapissuma (17,2%) e nos distritos de Igarassu (15,4%) e Nova Cruz (21,8%). Cabe ressaltar que os três primeiros municípios têm na agroindústria sucroalcooleira a base de sua economia, ao passo que as demais unidades territoriais têm na pesca a principal fonte de emprego e renda.

Associadas aos níveis de renda acima apresentados, ocorriam no Litoral Norte, no ano de 1991, *taxas de analfabetismo* relativamente elevadas, ultrapassando cinquenta por cento da população de cinco anos e mais residente em áreas urbanas ou rurais, em dois municípios (Itapissuma e Itaqui) e cinco distritos (Araçoiaba, Três Ladeiras, Tejucoapó, Goiana e Paratibe) (tabela 12).

Em alguns distritos, a exemplo de Araçoiaba, Três Ladeiras e Tejucoapó, o contingente alfabetizado, em 1991, era inferior a 28% da população rural e a 43% da população urbana de cinco anos e mais. A exceção de Tejucoapó que depende economicamente da pesca, os demais distritos acima mencionados têm na cana-de-açúcar a base de sua economia.

Enquanto isso, as taxas de alfabetização mais elevadas do Litoral Norte, em 1991, pertenciam a Paulista e Abreu e Lima, municípios que, naquele ano, detinham as taxas mais altas de urbanização da área – 98,2% e 91,6%, respectivamente – e cuja economia está centrada na indústria e nas atividades terciárias (comércio e prestação de serviços).

Um terceiro indicador social crítico, no Litoral Norte, diz respeito ao *uso e escoamento da instalação sanitária* nos domicílios particulares permanentes. Levantamento efetuado junto à Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), em outubro de 2000, evidenciou que, no tocante ao indicador em questão, a situação da área permanece inalterada em relação a 1991.

TABELA 12 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – POPULAÇÃO RESIDENTE DE CINCO ANOS E MAIS, COM INDICAÇÃO DO PERCENTUAL DE ALFABETIZADOS, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS, OS DISTRITOS E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO - 1991

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Total	Alfabetizada (%)	Urbana		Rural	
			Total	Alfabetizada (%)	Total	Alfabetizada (%)
• Abreu e Lima	68 567	73,4	62 891	75,2	5 676	53,4
• Goiana	56 372	58,4	36 045	66,1	20 327	44,9
» Goiana	45 132	62,3	30 071	70,1	15 061	46,7
» Ponta de Pedras	5 026	57,5	2 311	65,2	2 715	51
» Tejucofapo	6 214	31,2	3 663	33,4	2 551	27,9
• Igarassu	69 909	58	52 651	61,8	17 258	46,6
» Araçoiaba	9 190	36,5	7 872	38,4	1 318	24,8
» Igarassu	55 031	63,3	43 087	66,5	11 944	51,6
» Nova Cruz	2 555	55,9	562	66,7	1 993	52,8
» Três Ladeiras	3 133	31,4	1 130	42,4	2 003	25,3
• Itamaracá	10 259	65,7	7 458	70,5	2 801	52,8
• Itapissuma	14 264	55,7	12 278	57,6	1 986	43,9
• Itaquitinga	12 129	45,3	8 214	49,7	3 915	36,1
• Paulista	189 628	82,1	186 294	82,5	3 334	60,7
» Navarro	27 552	82,1	25 963	83,3	1 589	62,6
» Paratibe	25 504	81,4	25 035	82,2	469	40,7
» Paulista	49 378	81,9	48 141	82,3	1 237	66
» Praia da Conceição	87 194	82,4	87 155	82,4	39	56,4
LITORAL NORTE	421 128	71,2	365 831	74,8	55 297	47
PERNAMBUCO	6 278 341	60,4	4 492 678	69,8	1 785 663	36,7

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1991. Rio de Janeiro, 1994. n. 14.

• Município » Distrito

(*) Em 1991, a atual município de Araçoiaba era distrito de Igarassu

Dados relativos a esse indicador revelam que, em 1991, apenas três municípios – Paulista, Abreu e Lima e Igarassu – tinham parte de seus domicílios permanentes ligados à rede geral de esgotamento sanitário, conforme mostram os dados constantes da tabela 13.

A inexistência de sistema de esgotamento sanitário na maior parte da área tem como resultado a predominância de formas precárias de escoamento da instalação sanitária, a exemplo de *fossa rudimentar* utilizada por 65 a 70% dos domicílios permanentes de Itaquitinga, Ponta de Pedras e Itamaracá e por mais de 70% dos domicílios permanentes de Goiana, Itapissuma e Araçoiaba. Mais grave, no entanto, apresenta-se a situação dos distritos de Tejucoapo, Nova Cruz e Três Ladeiras, nos quais os domicílios sem instalação sanitária representavam, respectivamente, 65,6%, 45,6% e 45,5%, do total.

Igualmente precária, no Litoral Norte, apresenta-se a *coleta e destinação do lixo* produzido nas áreas urbanas e rurais. Dados censitários referentes a 1991 (tabela 14) mostram que, à exceção dos municípios de Itapissuma e Abreu e Lima, do distrito de Goiana e de todos os distritos do município de Paulista, nos quais, em 1991, a coleta do lixo atendia mais de 60% dos domicílios particulares permanentes, nos demais distritos, os percentuais dos domicílios atendidos por esse serviço situavam-se abaixo de 50%, sendo a coleta praticamente inexistente em Três Ladeiras e Nova Cruz.

A tabela 14 mostra ainda que, à medida que reduz-se o percentual dos domicílios atendidos pelo serviço de coleta do lixo, eleva-se aquele dos domicílios que dão destinação imprópria a seus resíduos sólidos, a exemplo do *lançamento em terreno baldio* tal como ocorre em Três Ladeiras e Nova Cruz, onde mais de 80% dos domicílios davam essa destinação ao lixo produzido, seguindo-se Itaquitinga, Tejucoapo e Itamaracá com percentuais, à época (1991), bastante elevados.

No tocante ao saneamento básico, o item menos deficiente no Litoral Norte é o *abastecimento de água* que, em 1991, atendia mais de 50% dos domicílios particulares permanentes da área, com ou sem canalização interna (tabela 15), na maior parte, através da rede geral de abastecimento, o que supõe fornecimento de água tratada.

TABELA 13 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR USO DE ESCOADOURO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E OS DISTRITOS - 1991

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS	USO E ESCOAMENTO DA INSTALAÇÃO SANITÁRIA (%)					
		Rede Geral	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala e Outro	Não Tem	Total
• Abreu e Lima	17 198	33,8	2,3	49,9	1,4	12,6	100
• Goiana	13 777	-	0,7	69,1	3,2	27	100
» Goiana	11 156	-	0,8	74,1	3,9	21,2	100
» Ponta de Pedras	1 125	-	0,2	66,7	0,2	32,9	100
» Tejucofapo	1 496	-	0,5	33	0,9	65,6	100
• Igarassu	16 746	1,6	17,6	57,2	3,1	20,5	100
» Araçoiaba	2 189	-	1,7	80,3	3,7	14,3	100
» Igarassu	13 175	2,1	21,3	55,2	2,5	18,9	100
» Nova Cruz	642	-	13,7	23,8	16,8	45,6	100
» Três Ladeiras	740	-	0,7	52,6	1,2	45,5	100
• Itamaracá	2 237	-	1,4	68,7	0,5	29,4	100
• Itapissuma	3 534	-	5,2	77,8	0,8	16,2	100
• Itaquitinga	2 877	-	0,1	65,6	1,5	32,8	100
• Paulista	48 955	55,3	12	21,5	3,7	7,5	100
» Navarro	6 664	53,7	1,2	33,6	3,5	8	100
» Paratibe	6 443	54,4	1	36,2	4,9	3,5	100
» Paulista	12 898	57,6	6,3	25	3,7	7,4	100
» Praia da Conceição	22 950	54,7	21,5	11,8	3,5	8,5	100
LITORAL NORTE	105 324	31,5	9	42,1	3	14,4	100
PERNAMBUCO	1 586 682	15,6	9,3	38,3	9,8	27	100

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico (Pernambuco)*, 1991. Rio de Janeiro, 1994. n. 14.

• Município » Distrito

(*) Em 1991, a atual município de Araçoiaba era distrito de Igarassu.

TABELA 14 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR DESTINO DO LIXO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E OS DISTRITOS - 1991

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DESTINO DO LIXO (DADOS PERCENTUAIS)						
		Coletado	Queimado	Enterrado	Jogado em			Total
					Terreno baldio	Rio, lago ou mar	Outro local	
• Abreu e Lima	17 198	74,4	3	0,6	20,6	1,1	0,3	100
• Goiana	13 777	58,2	4,3	0,7	32,7	0,6	3,5	100
» Goiana	11 156	64,3	2,6	0,6	28,2	0,4	3,9	100
» Ponta de Pedras	1 125	42,1	16,9	1,8	35,7	2,6	0,9	100
» Tejucopapo	1 496	24,2	7,9	1,4	63,8	0,1	2,6	100
• Igarassu	16 746	38,8	12,9	1,9	42,1	2,1	2,2	100
» Araçoiaba	2 189	49,1	4,7	0,4	45,3	-	0,5	100
» Igarassu	13 175	41	14,2	2,3	37,1	2,7	2,7	100
» Nova Cruz	642	2,2	14	0,1	83,2	0,2	0,3	100
» Três Ladeiras	740	-	14,2	0,1	85,3	0,1	0,3	100
• Itamaracá	2 237	23,4	14,3	2,2	59	0,5	0,6	100
• Itapissuma	3 534	93,2	1,4	0,5	4,6	0	0,3	100
• Itaquitinga	2 877	27	4,7	0,1	68,1	0,1	-	100
• Paulista	48 955	74,6	4,3	0,5	17,9	2,2	0,5	100
» Navarro	6 664	69,2	7,3	0,6	20,4	1,4	1,1	100
» Paratibe	6 443	84,8	1,3	0	11,6	1,4	0,9	100
» Paulista	12 898	75,4	3,9	0,4	19,7	0,3	0,3	100
» Praia da Conceição	22 950	72,9	4,5	0,6	17,9	3,8	0,3	100
LITORAL NORTE	105 324	64,9	5,6	0,8	25,9	1,7	1,1	100
PERNAMBUCO	1 586 682	51,8	3,2	0,3	39,2	2,2	3,3	100

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1991. Rio de Janeiro, 1994. n. 14.

• Município » Distrito

(*) Em 1991, a atual município de Araçoiaba era distrito de Igarassu.

TABELA 15 - LITORAL NORTE DE PERNAMBUCO – DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS E OS DISTRITOS - 1991

MUNICÍPIOS E DISTRITOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS	ABASTECIMENTO DE ÁGUA (DADOS PERCENTUAIS)					
		Com canalização interna	Sem canalização interna	Forma de Abastecimento			Total
				Rede geral	Poço ou nascente	Outra ¹	
• Abreu e Lima	17 198	72,4	27,6	81,9	6,1	12	100
• Goiana	13 777	49,4	50,6	48,9	16,6	34,5	100
» Goiana	11 156	53,2	46,8	52,5	18,3	29,2	100
» Ponta de Pedras	1 125	44,7	55,3	42,2	18,6	39,2	100
» Tejucopapo	1 496	24,1	75,9	27,5	2	70,5	100
• Igarassu	16 746	45,5	54,5	55,9	27,4	16,7	100
» Araçoiaba	2 189	22,7	77,3	82,4	7,1	10,5	100
» Igarassu	13 175	52,6	47,4	56,7	29,2	14,1	100
» Nova Cruz	642	24,8	75,2	14,6	43,3	42,1	100
» Três Ladeiras	740	3,9	96,1	-	40,9	59,1	100
• Itamaracá	2 237	61,6	38,4	65,2	20,8	14	100
• Itapissuma	3 534	69,4	30,6	81,8	2,3	15,9	100
• Itaquitinga	2 877	20,2	79,8	47,1	0,7	52,2	100
• Paulista	48 955	86,8	13,2	93,1	3,9	3	100
» Navarro	6 664	85,3	14,7	88,3	7,5	4,2	100
» Paratibe	6 443	85,1	14,9	92,1	5,9	2	100
» Paulista	12 898	86,5	13,5	90,8	5	4,2	100
» Praia da Conceição	22 950	87,8	12,2	96	1,8	2,2	100
LITORAL NORTE	105 324	70	30	77,3	9,9	12,8	100
PERNAMBUCO	1 586 682	57,3	42,7	65,7	10,6	23,7	100

FONTE: IBGE. *Censo Demográfico* (Pernambuco), 1991. Rio de Janeiro, 1994. n. 14.

Refere-se ao abastecimento do domicílio por água das chuvas, por carro pipa ou água apanhada em fonte pública, poço, bica etc., fora da propriedade.

• Município » Distrito

(*) Em 1991, a atual município de Araçoiaba era distrito de Igarassu.

Quanto à fonte de abastecimento, os municípios da área são atendidos tanto por mananciais de superfície (Araçoiaba e Itaquitinga) como por poços (Itamaracá e Itapissuma) e de forma mista (Paulista, Abreu e Lima, Goiana e Igarassu). O problema maior está no risco potencial de contaminação do aquífero subterrâneo, em decorrência da deficiência do sistema de esgotamento sanitário e do serviço de coleta e destinação final do lixo, predominando a disposição do mesmo em *lixões*.

Refletindo o nível crítico dos indicadores analisados, a área se ressentida da forte incidência de doenças causadas por condições sociais e sanitárias precárias a exemplo de *doenças sexualmente transmissíveis (DST)*, *dengue*, *leptospirose*, *meningite*, *esquistossomose* e *hepatite viral*, entre outras, que atingem e vitimam, principalmente, populações de baixa renda – faixa demográfica em expansão, sobretudo, nas áreas urbanas onde proliferam *aglomerados subnormais* (favelas e assemelhados), em geral, carentes de serviços públicos essenciais (IBGE, 1991, p. 10-11).

Dados relativos ao período 1995-2000 fornecidos pela 1ª DIRES (Diretoria Regional de Saúde) do Estado de Pernambuco, para municípios do Litoral Norte, mostram não só a forte incidência mas, também, o aumento significativo de casos das doenças acima citadas, em praticamente todos os municípios da área, no período considerado. Dentre tais doenças, as *sexualmente transmissíveis* detinham, no ano 2000, as taxas mais altas de incidência (em 100 000 hab.) nos municípios de Paulista e Abreu e Lima, ocorrendo o mesmo com a *dengue*, em Araçoiaba, Itamaracá (secundada pela *esquistossomose*), Igarassu, Itapissuma e Goiana.